

<https://doi.org/10.5327/2237-4574-EP24>

EP24

Mutilação genital feminina: entre a tradição cultural e a violação dos direitos humanos

José Humberto Belmino Chaves, Cecília Guimarães Barcelos, Mellissa da Rocha Carvalho, Talles Leandro Barbosa da Silva, Vera Lucia Tenorio Correia da Silva, Lays Silva de Jesus Barbosa, José Vitor de Mendonça Chaves

Introdução: A mutilação genital feminina (MGF) consiste na remoção total ou parcial dos órgãos genitais externos femininos, ou em qualquer forma de dano infligido a esses órgãos por motivos não médicos, sem qualquer benefício para a mulher, conforme a Organização Mundial da Saúde. A prática acarreta diversos riscos à saúde feminina, tanto a curto quanto a longo prazo, afetando aspectos ginecológicos, obstétricos, psicológicos, sexuais e, ainda, o bem-estar social e econômico. **Objetivos:** Identificar, por meio de revisão de literatura, os programas atualmente implementados em diferentes países e avaliar seu impacto, visando acelerar o processo de erradicação da MGF. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão narrativa da literatura. A pesquisa bibliográfica foi realizada entre 1º de maio e 1º de julho de 2025, com consulta às bases de dados MEDLINE (via PubMed), Scopus e *Web of Science* (ambas via Portal CAPES). Foram selecionados 81 estudos publicados nos últimos dez anos. Todos os estudos encontrados foram importados e organizados na plataforma *Rayyan* para triagem e análise. **Resultados:** Agências internacionais, em colaboração com governos e organizações não governamentais, têm desenvolvido programas e estratégias para a erradicação da MGF. A prática representa violação de diversos direitos humanos, sendo considerada crime em muitos países. Ainda assim, sua ocorrência persiste, especialmente em países africanos e do Oriente Médio. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) estima que mais de 200 milhões de mulheres já tenham sido submetidas ao procedimento. As justificativas para sua manutenção são variadas e incluem crenças religiosas, tradições culturais, supostos benefícios para a saúde, exigência para o casamento, purificação da mulher ou satisfação sexual do parceiro. Destaca-se principalmente a pressão social e a necessidade de aceitação em determinadas comunidades. **Conclusões:** Vários programas encontram-se implementados, embora de forma inconsistente entre países, porém a prática ainda persiste, acarretando diversos riscos à saúde da mulher, tanto a curto quanto a longo prazo, afetando aspectos ginecológicos, obstétricos, psicológicos e sexuais, além do bem-estar social e econômico.

Palavras-chave: direitos humanos; genitália feminina; mutilação genital feminina.